



Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 547, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 18, 19 e 20 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48000.001824/2014-37, resolve:

Art. 1º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, denominado Leilão "A-1", de 2014.

Parágrafo único. O Leilão "A-1", de 2014, deverá ser realizado em 5 de dezembro de 2014.

Art. 2º Caberá à ANEEL elaborar o Edital, seus Anexos e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, bem como adotar as medidas necessárias para a promoção do Leilão "A-1", de 2014, em conformidade com as diretrizes a seguir indicadas, além daquelas definidas na Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, e de outras que vierem a ser estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia.

I - o suprimento de energia elétrica terá início em de 1º de janeiro de 2015;

II - a energia elétrica proveniente de fonte termelétrica, inclusive biomassa, será objeto de CCEAR na modalidade por disponibilidade de energia elétrica, com término de suprimento em 31 de dezembro de 2017;

III - a energia elétrica proveniente de outras fontes será objeto de CCEAR na modalidade por quantidade de energia elétrica, com término de suprimento em:

- 31 de dezembro de 2017; e
- 31 de dezembro de 2019;

IV - os critérios de reajuste tarifário dos CCEAR na modalidade por disponibilidade de energia elétrica estão definidos na Portaria MME nº 42, de 1º de março de 2007, sendo que:

a) a Receita Fixa - RF, resultante do Leilão e constante do CCEAR, deve remunerar os investimentos não amortizados, a operação e a manutenção dos empreendimentos de geração, excluindo-se os custos variáveis decorrentes do despacho da termelétrica acima da inflexibilidade declarada;

b) o Custo Variável Unitário - CVU mensal será calculado com base em Preços Médios de Referência - PV, diferenciados por tipo de combustível, conforme dispõe o art. 3º, § 2º, da Portaria MME nº 42, de 2007.

§ 1º O CCEAR para empreendimento a biomassa será diferenciado por Custo Variável Unitário - CVU, igual a zero ou diferente de zero.

§ 2º Os empreendimentos termelétricos a gás natural liquefeito, contratados na modalidade por disponibilidade de energia elétrica, farão jus às prerrogativas de despacho antecipado, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 282, de 1º de outubro de 2007.

§ 3º Os empreendimentos de geração termelétrica que estejam contratados com lastro em CCEAR na modalidade por disponibilidade, com CVU distinto daquele submetido pelo empreendedor para fins de Qualificação Técnica de que trata o art. 3º, ou com CVU reajustado por critério que não atenda ao disposto na Portaria MME nº 42, de 2007, terão despacho individualizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS considerando os CVU diferenciados da usina.

§ 4º Para a entrega da energia e cálculo de eventuais ressarcimentos e penalidades, dos empreendimentos de geração termelétrica de que trata o § 3º, será priorizado o atendimento aos contratos considerando a ordem de mérito dos CVU diferenciados, do menor para o maior.

§ 5º Os CCEAR firmados na modalidade por disponibilidade de energia elétrica não serão passíveis de participação no mecanismo de compensação de sobras e déficits de que trata o art. 29 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

§ 6º Para o CCEAR por disponibilidade, o Edital do Leilão deverá prever a comprovação de lastro de venda, por meio de garantia física, de empreendimento próprio de geração.

§ 7º O Edital do Leilão deverá ser publicado no prazo mínimo de quinze dias de antecedência em relação à data de realização do Leilão.

§ 8º O preço teto de cada produto a ser negociado será divulgado no prazo mínimo de quinze dias de antecedência em relação à data de realização do Leilão.

Art. 3º Os concessionários e autorizados de empreendimentos termelétricos, interessados em participar do Leilão, deverão se submeter a processo de Qualificação Técnica conduzido pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em conformidade com o disposto nesta Portaria.

§ 1º Para a Qualificação Técnica os empreendedores interessados na inclusão de empreendimentos termelétricos de energia elétrica deverão protocolar, na EPE, os seguintes documentos:

- Ficha de Dados e demais documentos, conforme instruções disponíveis na internet, no sítio - www.epe.gov.br;
- comprovação da Capacidade de Armazenamento Local de Combustível, quando cabível, que permita operação contínua à potência nominal com reabastecimento de combustível no intervalo de tempo previsto no Termo de Compromisso de Compra e Venda de Combustível, ou Contrato Preliminar, previsto no § 4º;
- os valores do Fator de Conversão "i" e CO&M, necessários para o cálculo do CVU, deverão ser apresentados conforme metodologia do art. 3º da Portaria MME nº 42, de 2007; e

IV - comprovação da Disponibilidade de Combustível para Operação Contínua, e Reagentes, no caso de empreendimentos a carvão mineral, de acordo com o estabelecido nas Instruções para a Qualificação Técnica.

§ 2º O prazo para entrega da documentação necessária à Qualificação Técnica, de que trata o caput, será até as 12 horas do dia 31 de outubro de 2014.

§ 3º Os valores do Fator de Conversão "i" e CO&M, informados para a Qualificação Técnica, vincularão o respectivo agente de geração, pelo prazo do CCEAR, no cálculo do CVU a ser utilizado no despacho otimizado na operação do Sistema Interligado Nacional - SIN pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

§ 4º Para fins da comprovação exigida no § 1º, inciso IV, o empreendedor de usinas termelétricas movidas a gás natural e derivados de petróleo deverá apresentar Termo de Compromisso de Compra e Venda de Combustível ou Contrato, levado a registro competente, que contemple:

I - cláusula de eficácia de fornecimento de combustível na hipótese de o empreendedor se sagrar vencedor no Leilão;

II - indicação da quantidade máxima mensal de combustível a ser suprida e o prazo de entrega, no caso de gás natural e de derivados de petróleo; e

III - cláusula estabelecendo penalidade pela falta de combustível, conforme legislação vigente.

§ 5º Para fins da comprovação, de que tratam o § 1º, inciso IV, e o § 4º, será aceita a apresentação junto à EPE, até as 12 horas do dia 31 de outubro de 2014, do Termo de Compromisso de Compra e Venda de Combustível ou Contrato e do protocolo do seu registro junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

§ 6º Não será qualificado tecnicamente pela EPE:

I - o empreendimento termelétrico cujo CVU, calculado conforme o disposto no art. 5º da Portaria MME nº 46, de 9 de março de 2007, seja superior ou igual a R\$ 300,00/MWh; e

II - o empreendimento termelétrico cuja inflexibilidade operativa seja superior a cinquenta por cento.

Art. 4º Os empreendimentos termelétricos que venham a ser cadastrados, para participação no Leilão "A-1", de 2014, terão suas Garantias Físicas calculadas em conformidade com o disposto nas Portarias MME nº 46, de 2007, e nº 258, de 28 de julho de 2008, nas seguintes hipóteses:

I - caso não disponham de Garantia Física publicada por meio de Portaria do Ministério de Minas e Energia;

II - se tiverem Garantia Física publicada por meio de Portaria do Ministério de Minas e Energia, e que não estejam contratados como lastro em CCEAR com período de suprimento cujo término seja posterior a 31 de dezembro de 2014; ou

III - caso tenham alterado o combustível principal.

Art. 5º Os agentes de distribuição deverão apresentar as Declarações de Necessidade para o ano de 2015, nos termos do disposto no art. 24 do Decreto nº 5.163, de 2004, na forma e modelo a serem disponibilizados no endereço eletrônico do Ministério de Minas e Energia - www.mme.gov.br.

Parágrafo único. As Declarações de Necessidade deverão ser apresentadas pelos agentes de distribuição até o dia 21 novembro de 2014, sendo consideradas irrevogáveis e irretiráveis, e servirão para posterior celebração dos CCEAR.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 7 de outubro de 2014

Nº 4.057 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002310/2013-87, resolve conhecer e dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga em face do Auto de Infração nº 407/TN 2.385/2012, lavrado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp, alterando o valor da penalidade aplicada de R\$ 158.144,83 (cento e cinquenta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos) para R\$ 766.216,81 (setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos).

Nº 4.058 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000862/2011-99, resolve conhecer e dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pela Light Serviços de Eletricidade S.A. em face do Auto de Infração nº 71/2011, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que trata da verificação do cumprimento, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, da coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como compensações financeiras devidas a consumidores, no sentido de (i) reduzir a penalidade de multa aplicada de R\$ 17.379.570,15 (dezesete milhões, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta reais e quinze centavos) para R\$ 6.535.231,21 (seis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e um centavos); e (ii) determinar à Light que, no prazo de 180 dias, atualize seu sistema de registro de ocorrências de grande porte para que os registros deixem de ser efetuados de forma manual.

Em 8 de outubro de 2014

Nº 4.093 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 3.247, de 26 de agosto de 2014, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006491/2013-11, resolve registrar que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico denominada Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A. (CNPJ: 21.014.090/0001-40) foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2014-ANEEL (Leilão A-3 de 2014).

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 8 de outubro de 2014

Nº 4.088 - Processo nº: 48500.004172/2012-90. Interessada: ATE XXI Transmissora de Energia S.A. Decisão: conhecer a proposta da expansão da Subestação Xingu apresentado pela ATE XXI Transmissora de Energia S.A., para, no mérito, negar provimento à conformidade do projeto básico em relação ao atendimento ao Anexo I do Contrato de Concessão nº 013/2013-ANEEL, apresentado nas correspondências Co 0018/2013, de 29 de novembro de 2013, e Co 027/2014, de 27 de maio de 2014, da ATE XXI Transmissora de Energia S.A.

Nº 4.089 - Processo nº: 48500.002603/2014-45. Interessada: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Decisão: estabelecer os valores devido a cada empresa responsável pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4 utilizados no Leilão de Transmissão nº 007/2014, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 8 de outubro de 2014

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 9 de outubro de 2014.

Nº 4.090 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Energia Maia Ltda. Usina: CGH Energia Maia. Unidades Geradoras: UG1, UG2 e UG3, de 200 kW cada. Localização: Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

Nº 4.091 - Processo nº 48500.001851/2012-15. Interessado: Enel Green Power Emiliana Eólica S.A. Usina: EOL Emiliana. Unidades Geradoras: UG7 a UG12, de 2.350 kW cada. Localização: Município de Igaraporá, Estado da Bahia.

Nº 4.092 - Processo nº 48500.005493/2008-25. Interessado: Energia Sustentável do Brasil S.A. Usina: UHE Jirau. Unidade Geradora: UG6 de 75.000 kW. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CÂMILLA DE ANDRADE GONÇALVES
FERNANDES
Substituta

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.257, de 3 de julho de 2014, constante no Processo nº 48500.004707/2010-61, publicado no DOU nº 126, de 4 de julho de 2014, Seção 1, página 148, onde se lê na primeira linha da tabela: "48500.001708/2010-61", leia-se: "48500.004707/2010-61".

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 8 de outubro de 2014

Nº 4.081 - Processo nº 48500.004961/2007-63. Decisão: i) revogar os Despachos nº 2.769, de 30 de agosto de 2007, e 2.258, de 22 de junho de 2009, que concederam, respectivamente, o registro e o aceite para desenvolver o Projeto Básico da PCH Boa Vista, localizada no Rio Grande, sub-bacia 58, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a manifestação de desistência da empresa Energisa Soluções S.A. em continuar elaborando o aludido projeto.